

Brasília, 24/03/09

Maria de Fátima Ferreira de Carvalho
Matr. Sispé 751683

CC02/C06

Fls. 500



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEXTA CÂMARA

Processo nº 35366.002965/2004-12
Recurso nº 155.016 Voluntário
Matéria SEGURADO EMPREGADO; DECADÊNCIA
Acórdão nº 206-01.647
Sessão de 02 de dezembro de 2008
Recorrente INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE
Recorrida SRP - SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/12/1999 a 30/09/2003

CONTRIBUIÇÕES SEGURADO EMPREGADO. OBRIGAÇÃO RECOLHIMENTO. Com fulcro no artigo 30, inciso I, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.212/91, a empresa é obrigada a arrecadar as contribuições dos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais a seu serviço, descontando-as das respectivas remunerações e recolher o produto até o dia dez do mês seguinte ao da competência.

PREVIDENCIÁRIO. ISENÇÃO COTA PATRONAL. Somente fará jus à isenção da cota patronal das contribuições previdenciárias a contribuinte - entidade beneficente de assistência social - que cumprir, cumulativamente, os requisitos inscritos no artigo 55 da Lei nº 8.212/91.

MATÉRIA NÃO SUSCITADA EM SEDE DE DEFESA/IMPUGNAÇÃO. PRECLUSÃO PROCESSUAL. Não devem ser conhecidas as razões/alegações constantes do recurso voluntário que não foram suscitadas na impugnação, tendo em vista a ocorrência da preclusão processual, conforme preceitua o artigo 9º, § 6º, da Portaria nº 520, do Ministério da Previdência Social, e artigo 54, § 5º, inciso V, do Regimento Interno do CRPS, vigentes à época, c/c artigo 17, do Decreto nº 70.235/72.

Recurso Voluntário Negado.

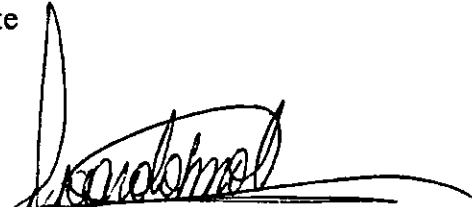
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da SEXTA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.



ELIAS SAMPAIO FREIRE

Presidente



RYCARDO HENRIQUE MAGALHÃES DE OLIVEIRA

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira, Rogério de Lellis Pinto, Bernadete de Oliveira Barros, Cleusa Vieira de Souza, Ana Maria Bandeira, e Lourenço Ferreira do Prado.

Relatório

INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE, contribuinte, pessoa jurídica de direito privado, já qualificada nos autos do processo administrativo em referência, recorre a este Conselho da decisão da então Secretaria da Receita Previdenciária em São Paulo/SP - Centro, DN nº 21.401.4/0195/2007, que julgou procedente o lançamento fiscal referente às contribuições sociais devidas pela notificada ao INSS, correspondentes à parte da empresa, do financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrentes dos riscos ambientais do trabalho e as destinadas a Terceiros (Salário-Educação, INCRA, SESC e SEBRAE), incidentes sobre as remunerações pagas, devidas ou creditadas aos segurados empregados, em relação ao período de 12/1999 a 09/2003, conforme Relatório Fiscal, às fls. 73/76.

Trata-se de Notificação Fiscal de Lançamento de Débito – NFLD, lavrada em 23/09/2004, contra a contribuinte acima identificada, constituindo-se crédito no valor de R\$ 159.476.097,75 (Cento e cinquenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e seis mil e noventa e sete reais e setenta e cinco centavos).

De acordo com o Relatório Fiscal, o crédito previdenciário ora exigido fora lançado em decorrência da perda da isenção da cota da patronal da contribuinte, tendo em vista o descumprimento dos requisitos de referido benefício fiscal, estipulados no artigo 50 da Lei nº 8.212/91, devidamente examinado nos autos de processo administrativo próprio já transitado em julgado, conforme Ato Cancelatório, às fls. 78.

Inconformada com a Decisão recorrida, a contribuinte apresentou Recurso Voluntário, às fls. 443/469, procurando demonstrar sua improcedência, desenvolvendo em síntese as seguintes razões.

Traz à colação vasta argumentação a propósito do Ato Cancelatório emitido pelo fisco previdenciário, bem como de todas suas fases processuais, sustentando que a entidade cumpre os requisitos exigidos no artigo 55 da Lei nº 8.212/91, sendo totalmente improcedente o cancelamento da isenção da notificada e, por conseguinte, o lançamento em epígrafe, sobretudo quando o procedimento fiscal fora levado a efeito de maneira totalmente arbitrária, desprovido de qualquer amparo legal.

A corroborar esse entendimento, sustenta que auditor Jaider Cruz Gama, após diligência realizada na entidade, se manifestou favoravelmente à contribuinte, confirmando ser cumpridora de todos os requisitos necessários à manutenção da isenção sob análise, ao contrário do que restou decidido pelo CRPS, nos autos do Ato Cancelatório, conforme manifestação fiscal trazida à colação.

Insurge-se contra a exigência fiscal consubstanciada na peça vestibular do feito, pugnano pela aplicação dos preceitos do artigo 112 do Código Tributário Nacional, em virtude da existência de dois posicionamentos dissonantes a propósito de um mesmo fato, impondo seja levada a efeito a interpretação que melhor aprouver à contribuinte, de maneira a decretar a nulidade do lançamento.

Em defesa de sua pretensão, prossegue alegando que a entidade sempre cumpriu com todos os requisitos insculpidos no artigo 55 da Lei nº 8.212/91, suscitando questões relativas ao Ato Cancelatório emitido pelo Fisco e ratificado pelo CRPS, impondo seja reconhecida sua isenção da cota patronal, mormente por ter inexistido desvio de finalidade nos atos praticados pela contribuinte.

Argüi a incompetência do INSS para outorgar e, por conseguinte, cancelar isenções, cabendo à legislação previdenciária tão somente regulamentar os requisitos da imunidade constitucional contemplada pelo artigo 195, §7º, da Constituição Federal, especialmente após a declaração da inconstitucionalidade do §4º, do artigo 55, da Lei nº 8.212/91, pelo Supremo Tribunal Federal.

Infero que a isenção da contribuinte somente poderia ser cancelada mediante sentença transitada em julgado, nos autos de Ação Declaratória, uma vez decorrer da Constituição Federal, não cabendo ao INSS cancelá-la, mas somente fiscalizar o cumprimento dos requisitos para manutenção e concessão de tal benefício fiscal. Alternativamente, poderia o INSS solicitar o cancelamento ao órgão competente, qual seja, CNAS.

Contrapõe-se ao presente lançamento, por entender acobertar período de apuração em que a entidade gozava de imunidade, bem como por encontrar sustentáculo em Ato Cancelatório emitido posteriormente aos fatos geradores das contribuições previdenciárias ora lançadas, em setembro de 2004, não podendo retroagir para alcançar fatos ocorridos anteriormente os quais se encontravam sob o manto da isenção/imunidade.

Por fim, requer o conhecimento e provimento do seu recurso, para desconsiderar a Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos, tornando-a sem efeito e, no mérito, sua absoluta improcedência.

A Delegacia da Receita Federal do Brasil – Previdenciária em São Paulo - Centro apresentou contra-razões, às fls. 492, em defesa da decisão recorrida, propondo a sua manutenção.

É o relatório.

Voto

Conselheiro RYCARDO HENRIQUE MAGALHÃES DE OLIVEIRA, Relator

Presentes os pressupostos de admissibilidade, sendo tempestivo e dispensada do recolhimento do depósito recursal, por força de decisão judicial/liminar, conheço do recurso e passo à análise das alegações recursais.

Em suas razões recursais, pretende a contribuinte a reforma da decisão recorrida, a qual manteve a exigência fiscal em comento, suscitando deter imunidade da cota patronal das contribuições previdenciárias, nos termos do 195, §7º, da Constituição Federal, c/c artigo 55 da Lei nº 8.212/91, mormente quando sempre observou/cumpriu os requisitos para concessão e manutenção de referido benefício, estando o procedimento fiscal apoiado em arbitrariedade sem qualquer fundamento legal.

A corroborar esse entendimento, assevera que a isenção da contribuinte somente poderia ter sido cancelada mediante sentença judicial transitada em julgado, ou mesmo pelo CNAS, a pedido do INSS, o qual somente tem competência para fiscalizar o cumprimento dos requisitos necessários à concessão e/ou manutenção de aludido benefício, mas não para cancelá-lo, sobretudo após a declaração da inconstitucionalidade do §4º, do artigo 55, da Lei nº 8.212/91.

Não obstante as substanciosas razões de fato e de direito ofertadas pela contribuinte em seu recurso voluntário, seu inconformismo, contudo, não tem o condão de prosperar. Do exame dos elementos que instruem o processo, conclui-se que a decisão recorrida encontra-se incensurável, devendo ser mantida em sua plenitude.

Observa-se, que a contribuinte faz uma verdadeira confusão ao tratar da matéria, suscitando questões a propósito do ato cancelatório de sua isenção, o qual não é o cerne da discussão no processo administrativo em epígrafe. Aliás, referidas matérias já foram objeto de apreciação por parte do CRPS, que corroborou o ato cancelatório emitido contra a recorrente, sendo defeso a apreciação de temas alheios à presente demanda.

Como se verifica, a recorrente em momento algum se insurge contra as contribuições previdenciárias ora lançadas, se limitando a defender que possui imunidade da cota patronal.

Não bastasse isso, o que por si só seria capaz de rechaçar a pretensão da contribuinte, verifica-se que a recorrente somente trouxe a colação aludidas matérias quando da interposição de seu recurso voluntário, as quais encontram-se fulminados pelo instituto da preclusão.

Destarte, conforme se extrai das alegações esposadas em sua peça impugnatória, às fls. 374/378, a contribuinte naquela oportunidade somente relatou o processo e, bem assim, o Ato Cancelatório, propugnando pelo sobrestamento do feito até decisão final nos autos do processo referente ao ato cancelatório.

Assim, não merece aqui tecer maiores considerações, uma vez já atingidas pela preclusão, eis que não ofertadas em sede de impugnação. É o que se extrai do artigo 9º, §6º, da Portaria nº 520, do Ministério da Previdência Social, e artigo 54, §5º, inciso "V", do Regimento Interno do CRPS, vigentes à época, c/c artigo 17, do Decreto nº 70.235/72, como segue:

"PORTARIA Nº 520

Art. 9º. A impugnação mencionará:

[...]

§6º. Considerar-se-á não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada."

"PORTARIA MPS Nº 88 – Regimento Interno CRPS

Art. 54. As decisões proferidas pelas Câmaras de Julgamento e Juntas de Recursos poderão ser:

[...]

§ 5º. *Constituem razões de não conhecimento do recurso:*

[...]

V – a preclusão processual;”

“Decreto nº 70.235/72

Art. 17. Considerar-se-á não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo impugnante.”

A jurisprudência administrativa não discrepa desse entendimento, conforme se extrai dos julgados com suas ementas abaixo transcritas:

“Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep Período de apuração: 01/07/1991 a 30/09/1995 PIS. APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES E PROVAS DOCUMENTAIS APÓS PRAZO RECURSAL. PRECLUSÃO. As alegações e provas documentais devem ser apresentadas juntamente com a impugnação, salvo nos casos expressamente admitidos em lei. Consideram-se precluídos, não se tomando conhecimento das provas e argumentos apresentados somente na fase recursal. [...]” (Primeira Câmara do Segundo Conselho, Recurso nº 149.545, Acórdão nº 201-81255, Sessão de 03/07/2008)

“PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - PRECLUSÃO - Escoado o prazo previsto no artigo 33 do Decreto nº 70.235/72, opera-se a preclusão do direito da parte para reclamar direito não argüido na impugnação, consolidando-se a situação jurídica consubstanciada na decisão de primeira instância, não sendo cabível, na fase recursal de julgamento, rediscutir ou, menos ainda, redirecionar a discussão sobre aspectos já pacificados, mesmo porque tal impedimento ainda se faria presente no duplo grau de jurisdição, que deve ser observado no contencioso administrativo tributário. Recurso não conhecido nesta parte. COFINS - CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - LANÇAMENTO DE OFÍCIO - Constatada, em procedimento de fiscalização, a falta de cumprimento da obrigação tributária, seja principal ou acessória, obriga-se o agente fiscal a constituir o crédito tributário pelo lançamento, no uso da competência que lhe é privativa, vinculada e obrigatória. JUROS DE MORA - O artigo 161 do CTN autoriza, expressamente, a cobrança de juros de mora à taxa superior a 1% (um por cento) ao mês-calendário, se a lei assim o dispuser. TAXA SELIC - Correta a cobrança da Taxa Referencial do Sistema de Liquidação e de Custódia - SELIC como juros de mora, a partir de 01/01/1997, para débitos com fatos geradores até 31/12/1994, não pagos no vencimento da respectiva obrigação. Recurso a que se nega provimento.” (Terceira Câmara do Segundo Conselho, Recurso nº 111.167, Acórdão nº 203-07328, Sessão de 23/05/2001) (grifamos).

Nesse sentido, não merece conhecimento a matéria aventada em sede de recurso voluntário ou posteriormente, que não tenha sido objeto de contestação na impugnação, considerando tacitamente confessada pela contribuinte a parte do lançamento não contestada, operando a constituição definitiva do crédito tributário com relação a esses levantamentos, mormente em razão de não se instaurar o contencioso administrativo para tais questões.

